

Nova conjuntura mundial sob influência chinesa: impactos para os países africanos

Valéria Lopes Ribeiro¹

Resumo: O crescimento da China na primeira década do século XXI foi marcado, entre outras questões, pela entrada do país em um novo ciclo expansivo baseado principalmente na indústria pesada. A partir deste novo ciclo a China afirmou-se cada vez mais como polo importante de demanda mundial por recursos primários, o que tem levado o país a promover diversas abordagens em regiões que dispõem de amplos recursos naturais, como a América Latina e a África. O objetivo deste trabalho é analisar como a expansão chinesa relacionada ao acesso a matérias-primas promoveu uma mudança importante do comércio internacional que repercutiu profundamente nos países periféricos, entre eles os países africanos. A partir dos anos 2000 observou-se uma retomada do crescimento das economias africanas que deu lugar ao cenário de crise e recessão das últimas décadas do século XX. O trabalho argumenta que a retomada do crescimento africano tem forte relação com as transformações da conjuntura externa causadas pela expansão chinesa. A partir da identificação das mudanças na África o trabalho discute ainda como os países do continente inseriram-se nesta nova conjuntura a partir de esforços internos de transformação econômica e social. Esta análise torna-se fundamental para a compreensão dos limites e possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos, não apenas africanos mas também latino americanos, diante de um contexto internacional que se altera profundamente a partir do crescimento da economia chinesa.

1 – Introdução

Na primeira década do século XXI a China manteve sua trajetória de expansão econômica, tendo sustentado uma taxa média de crescimento do PIB de cerca de 10% ao ano entre 2000 e 2012. Mesmo com a crise econômica de 2008 o país segue crescendo a taxas altas (10,4% em 2010, 9,2% em 2011 e 7,8% em 2012), seguindo uma trajetória de crescimento que já dura mais de 30 anos. (IMF, WORLD ECONOMIC OUTLOOK DATABASE, 2013).

O crescimento econômico chinês vem acompanhado de uma série de contradições e desafios, sejam eles de ordem econômica, política, social ou ambiental. A desigualdade de renda entre as províncias, o desafio de ampliação e modernização do mercado interno, a manutenção da estabilidade política ancorada na força do PCC, as constantes reivindicações pela ampliação da democracia, os impactos do crescimento no meio ambiente e ainda o desafio do acesso aos recursos primários minerais e energéticos necessários a industrialização.

Mesmo diante dos desafios e contradições a expansão econômica chinesa das últimas décadas resultou na tomada de uma posição que se fortalece cada vez mais dentro do cenário econômico mundial. Para além do debate acerca de uma possível sucessão hegemônica e da influência que o país exerce e

¹¹ Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

exercerá futuramente no contexto geopolítico internacional, a posição que a China ocupa nos dias atuais já altera fortemente a balança de poder econômico, principalmente quando se trata de comércio internacional em áreas específicas.²

Um aspecto fundamental desta influência se refere ao papel que a China exerceu nos anos 2000 sobre os preços internacionais e os termos de troca. Como ressalta Jenkins (2011) a China teve papel importante na alta dos preços dos bens primários na primeira década do século³, uma vez que a participação do país na demanda global deste tipo de produto é alta, principalmente para alguns produtos primários específicos. Embora a participação da China no consumo global de petróleo, por exemplo, não seja considerável (10,93%, 2012 (UnctadStat), a participação do país no consumo global de artigos como minério de ferro e outros como cobre, alumínio e zinco é considerável.⁴

Mas a influência que a China exerce no cenário econômico mundial vai além da mudança nos preços internacionais. Os fluxos financeiros, de investimentos, empréstimos e ajuda internacionais realizados pelo país nos últimos anos vem aumentando ao longo dos anos e alcança patamares elevados, mesmo quando comparados aos fluxos oriundos de países centrais. Estes montantes exercem cada vez mais papel importante na dinâmica econômica interna principalmente de países periféricos, como os países africanos. Muitos destes países vem recebendo um volume crescente de investimentos e empréstimos a partir de empresas estatais chinesas interessadas principalmente na exploração de recursos primários, imprescindíveis a expansão da indústria e infraestrutura chinesas.

Desse modo, a posição que a China ocupa atualmente implica em mudanças importantes no cenário internacional e dá novos sentidos e dimensões à inserção dos países periféricos. O efeito demanda

² Como ressalta Shambaugh (2013) é difícil pensar que a China exerce um grande poder de influenciar outros países quando se trata de termos geopolíticos, estratégicos ou militares, por exemplo. Sua capacidade de influenciar os demais países é limitada nesse sentido. Apesar disso, para o autor, com relação ao comércio internacional para artigos primários a China tem de fato a capacidade de influenciar os demais países.

³ Entre 2001 e 2011 observa-se o crescimento geral dos preços dos bens primários, não apenas dos combustíveis, como petróleo, mas também dos metais e minerais e produtos agrícolas como algodão, soja e madeira. Comparado aos anos 90 os preços aumentam consideravelmente na primeira década do século XXI. Artigos como Minério de ferro, Cobre, Alumínio, Zinco, Soja e Algodão, tiveram aumentos substanciais de seus preços entre 2000 e 2010 de cerca de 233,8%, 400%, 66%, 147%, 176%, e 207% respectivamente. A parcela da oferta mundial absorvida pela China destes produtos chegou a 65% do total em 2012 no caso do Minério de ferro, 30% no caso do cobre e 50% de Soja. (UNCTAD, Unctad Stat, 2013)

⁴ Além do efeito China sobre os preços dos bens primários, outro efeito importante do crescimento do país na economia internacional se deu nos anos 2000 via custo dos artigos manufaturados. O grande volume e as melhores condições de custo da produção chinesa contribuem para a manutenção dos preços internacionais de bens manufaturados a níveis baixos. Este efeito ocorre a partir da dificuldade dos países produtores de bens industrializados em manter a níveis elevados os preços nominais em dólar dos artigos industrializados, dada a forte competição com o custo em dólar mais barato do trabalho na produção industrial chinesa voltada para exportação. Esta competição com a produção chinesa faz com que o poder de barganha dos trabalhadores dos países centrais fique reduzido, contribuindo para manter em níveis baixos os preços internacionais dos artigos manufaturados. Entre 1994 e 2001 a taxa de crescimento anual dos preços dos bens manufaturados foi de -0,8%. Entre 2002 e 2009 a taxa de crescimento foi de 2,7%, contra 12,4% de crescimento dos preços do petróleo e 6,7% de aumento dos preços de artigos primários. Essa conjuntura dura ao menos até os anos recentes, quando os efeitos da crise começam a ser sentidos nos preços dos produtos primários. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

e custo, por exemplo, promovido em grande parte pela expansão chinesa no comércio internacional permitiu que se estabelecesse na primeira década do século XXI uma alteração nos termos de troca internacionais, com implicações importantes para os países periféricos.

As economias africanas sentiram os efeitos destas mudanças, dada a alta dependência de grande parte dos países das exportações primárias. O aumento dos preços e do volume exportado, aliado a uma expansão dos investimentos para a região contribuíram para a retomada do crescimento econômico do continente na década de 2000, mesmo para economias mais desenvolvidas e diversificadas, como a África do Sul.

Nesse sentido é possível afirmar que a China se apresenta atualmente como um polo econômico importante que influencia amplamente a dinâmica do comércio internacional e da economia internacional como um todo. Ao lado do centro cíclico principal norte americano a China se posiciona como um polo comercial importante⁵ e esta nova configuração da economia global gera consequências para os países periféricos e na forma como estes se inserem em uma conjuntura distinta.

Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar como os países periféricos, em especial os africanos, sentiram os impactos dessa conjuntura mais recente marcada pela expansão da economia chinesa. É fundamental compreender em que medida a posição da China influencia positiva ou negativamente os países periféricos, na medida em que coloca quadros macroeconômicos mais favoráveis ou impõe desafios competitivos importantes. Essa compreensão permite analisar as perspectivas de desenvolvimento dos países periféricos de modo mais eficaz, levando em consideração não apenas os desafios de mudança estrutural interna, mas também a alteração do contexto externo.

O artigo está dividido da seguinte forma: além desta Introdução a seção 2 analisa o impacto nas economias africanas do contexto internacional das últimas décadas do século XX; a seção 3 apresenta os traços gerais da alteração da conjuntura macroeconômica na primeira metade do século XX e da expansão chinesa para os países africanos; na seção 4 discute-se como os países do continente inseriram-se nesta nova conjuntura a partir de esforços internos de transformação econômica e social, a seção 5 traz algumas conclusões.

⁵ Como discutido por Prebisch (1949) o problema de restrição externa e ausência de divisas para as economias periféricas, já fortemente comprometidas pela heterogeneidade estrutural, resulta também da forma de inserção dos países periféricos em uma conjuntura específica, marcada pela presença de um único centro cíclico principal, os Estados Unidos. No contexto dos anos 50 a posição de liderança dos EUA como centro cíclico principal tornava a conjuntura externa extremamente desfavorável para os países periféricos primários exportadores, tornando latente a necessidade de diversificação produtiva rumo a industrialização. Mais recentemente pode-se observar uma nova configuração da economia internacional marcada pela presença de polos autônomos de crescimento que surgem em paralelo ao “centro cíclico principal” e a partir de uma maior autonomia no crescimento de países como China, Rússia, Índia.

2 – Recessão e crise das economias africanas nas últimas décadas do século XX

Historicamente, desde as primeiras aproximações dos países estrangeiros e o estabelecimento de regimes coloniais a maior parte dos países do continente africano tem grande dificuldade em avançar econômica e socialmente, encontrando-se na maior parte das vezes reféns de uma estrutura econômica especializada na exportação de recursos primários (através de uma agricultura com baixa produtividade), sofrendo os efeitos adversos das variações dos preços dos bens exportáveis e um ambiente político marcado por disputas internas e guerras civis.

Mesmo depois da conquista da independência a partir dos anos 60, poucos países africanos conseguiram avançar e já nos anos 80 e 90, assim como grande parte dos demais países em desenvolvimento, os países africanos sofreram as consequências negativas das transformações da economia mundial, principalmente a partir dos programas de ajuste estrutural implementados pelas instituições financeiras internacionais.

Nos anos 80 o continente africano cresceu em média apenas 2.9% e a África Subsaariana 2.2%. A taxa média de crescimento do PIB per capita real no continente foi de 0.1% e na África Subsaariana de -0,7%. O continente recebeu cerca de 22 bilhões de dólares em IDEs, que representa apenas 2,37% dos IDEs mundiais. (World Bank, World Development Indicators, Database, 2012). Os países africanos, como um todo, especialmente a África Subsaariana (e os países não exportadores de petróleo), viram suas economias entrarem em forte recessão, dificuldades que aliadas ao aumento da população e aos conflitos internos fizeram com que a tragédia africana se estabelecesse nas últimas décadas do século⁶.

Desde meados dos anos 70 a situação da grande maioria das economias africanas se agravou devido em grande medida ao contexto internacional que se estabeleceu a partir das ações empreendidas pelo governo americano com objetivo de reafirmar sua posição hegemônica mundial. As medidas implementadas pelo governo norte americano como forma de reverter o ambiente de crise no início dos anos 70 levaram a um movimento de rompimento com as estruturas que haviam permitido a manutenção de certa estabilidade da ordem econômica internacional do pós-guerra, principalmente sob o acordo monetário de Bretton Woods⁷.

⁶ Nos anos 60 a população africana era de cerca de 300 milhões. Em 2009 a população chegou aos mais de 1 bilhão de habitantes (dos quais cerca de 853 milhões na África Subsaariana) residindo em uma área total de cerca de 28 milhões de quilômetros quadrados. Sua população representa cerca de 15% da população mundial e sua área total a coloca como terceiro maior continente do mundo (atrás da Ásia e da América).

⁷ Como apontam Braga e Cintra (2004, p.259) “o acordo de Bretton Woods concretizou a hegemonia dos EUA em âmbito monetário internacional. Isso deitou raízes tão poderosas que nem mesmo o declínio daquelas regras reduziu o domínio do dólar nem o controle americano sobre o FMI e o Bird.” Ao mesmo tempo o regime monetário fixo mas ajustável permitiu

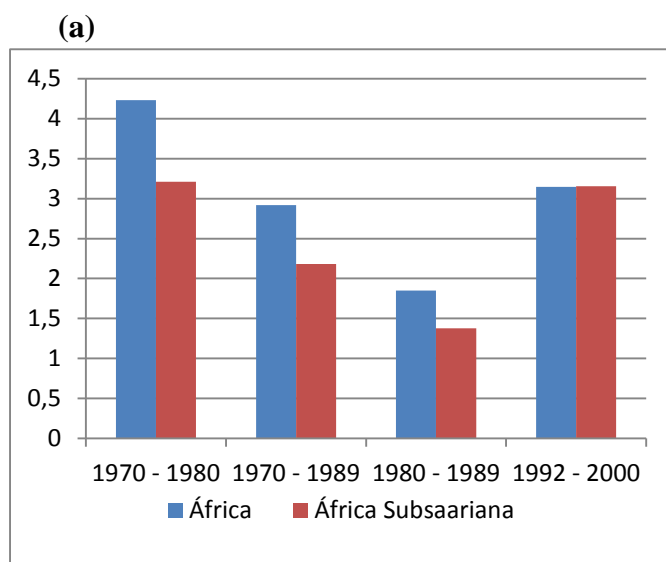
Para os países de modo geral o fim das estruturas definidas em Bretton Woods (o rompimento da conversibilidade e a flexibilização das taxas de câmbio) e a consequente expansão dos instrumentos e serviços financeiros que dela resultou, repercutiu de forma extremamente negativa do ponto de vista do crescimento econômico, situação que se complica ainda mais com as crises do petróleo, resultando em uma crescente dificuldade em manter a estabilidade do Balanço de Pagamentos (dentro de um novo contexto marcado pela flexibilização cambial). Para os países periféricos aliam-se aos problemas no BP o crescente endividamento com que vai se comprometendo grande parte das economias diante do aumento da oferta de crédito privado internacional. Essa expansão do crédito, ainda que tenha contribuído para reverter os problemas causados pelo choque do petróleo, em 1973, fez também com que os países periféricos, incluindo os africanos, se endividassem fortemente junto as instituições financeiras privadas. Mais tarde, com a alta das taxas de juros americanas e a diminuição dos fluxos privados no fim da década a situação para as periferias se agrava com o aumento das dívidas dos países. (MOFFIT, 1984).

Para as economias africanas, em particular, amplamente especializadas na produção de recursos primários e dependentes das exportações, observa-se a entrada em um período fortemente recessivo, na medida em que a crise se acentua nas economias centrais – e se agrava com as crises do petróleo. A queda das rendas de exportação piora o Balanço de Pagamentos, já comprometido pelo aumento da dívida externa. Soma-se ainda, no caso africano, um forte aumento demográfico e uma série de problemas estruturais históricos. Nesse contexto de crise internacional aumenta ainda mais a dificuldade dos governos ampliarem investimentos e combaterem as situações de pobreza extrema.

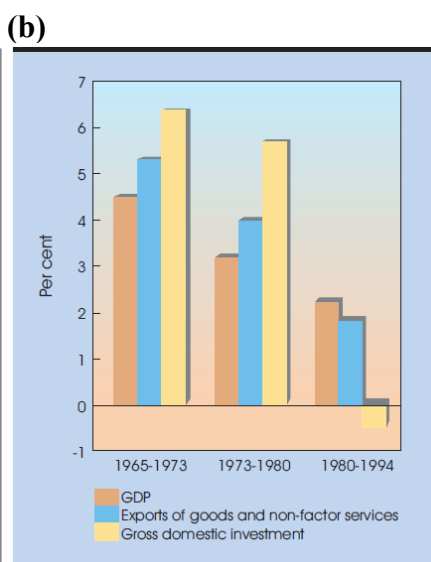
De 1974 a 1979 os países da África cresceram a uma taxa de 3.5% ao ano e a 0.7% de crescimento do PIB per capita. Já de 1980 a 1985 a taxa de crescimento do PIB ficou em 1.8% e o PIB per capita de -1.1%. (Mkandawire, 1998). O baixo crescimento aliado ao aumento populacional e aos problemas de déficit e endividamento externo fizeram do quadro africano das últimas décadas do século XX um retrato de recessão e pobreza extrema. O continente apresentou piores resultados econômicos, mesmo em relação aos países em desenvolvimento. Em todas as áreas como agricultura, indústria, investimentos e exportações observa-se forte declínio das taxas de crescimento entre os anos 70 e 80. Os gráficos abaixo apresentam alguns dados da situação das economias africanas a partir dos anos 70.

Gráfico 1 – África e África Subsaariana: Taxa de crescimento anual do PIB (1971-1999) (a); África Subsaariana: Taxa de crescimento das exportações, PIB e Investimentos (1965-1994) (b)

maior estabilidade e autonomia para governos de todo mundo ampliarem a margem de intervenção econômica em um contexto de baixa volatilidade dos fluxos de capitais. Os países europeus foram os maiores beneficiados desse contexto, além do Japão.



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013.



PIB
 Exportações de bens e serviços não fatores
 Investimento Doméstico Bruto

Fonte: Unctad, TDR, 1998.

No final dos anos 70 o problema do endividamento se agrava. A situação de crise e recessão abre o cenário para o início da atuação mais incisiva das instituições financeiras unilaterais como FMI e Banco Mundial e os chamados programas de ajuste estrutural.

Baseado no consenso a partir do qual as medidas de intervenção estatal teriam levado aos problemas de crise e dívida, a orientação do Banco Mundial e FMI passa a ser a do ajuste fiscal, redução do papel do Estado, liberalização comercial e desregulamentação da economia. Condicionalidades que seriam agora condição fundamental ao apoio financeiro, dirigido cada vez menos a grandes projetos de infraestrutura e mais a programas de ajuda e projetos focalizados. (WORLD BANK, COELHO, 2002).

Após a adoção das medidas de condicionalidades em diversos países africanos, e com bastante intensidade países como Zâmbia, Nigéria, Níger, Gana, Tanzânia entre outros, já na segunda metade dos anos 90 parecia claro que, apesar de todas as determinações que foram seguidas em maior ou menor grau, as medidas haviam contribuído para piorar ainda mais o quadro.

Nas diversas áreas em que foram implementadas, as políticas não foram bem sucedidas em seu objetivo de reverter os problemas africanos, seja na área agrícola, industrial ou comercial. Nem os problemas de endividamento e Balanço de Pagamentos foram resolvidos. A maior parte das economias

apresentou baixo crescimento, altos índices de inflação, manutenção da dívida e agravamento da situação de pobreza extrema.

Nos anos 90 a maior parte dos países da África Subsaariana, incluindo países como Burkina Faso, Burundi, República Centro Africana, Moçambique, Mali, Níger e Nigéria tinham mais de 60% da sua população vivendo com menos de 1,25 dólares por dia. Na República Centro Africana 86.2% da população vive nesta situação nos anos 90. Mesmo países mais desenvolvidos como África do Sul apresenta um índice elevado de pobreza nos anos 90, com 21,4% da população vivendo com menos de 1,25 dólares e 39.2% da população vivendo com menos de 2 dólares por dia. (World Bank, World Development Indicators, 2013).

3 – África no século XXI: Impactos da nova conjuntura sob expansão chinesa

Ao longo da década de 2000 foi possível observar o aumento das taxas de crescimento económico dos países periféricos (ou em desenvolvimento) e uma maior contribuição destes países para o crescimento do PIB global e do comércio mundial, quando comparados à contribuição dos países centrais, como os Estados Unidos e os países da Europa. Países como China, Brasil, Rússia e Índia expandiram seu comércio externo e suas taxas de crescimento através da ampliação de seus mercados domésticos e da intensificação do comércio realizado entre estes próprios países.

Na primeira década do século o ritmo de crescimento dos países periféricos foi maior quando comparado ao ritmo lento de crescimento (e até de crescimento negativo) das economias avançadas⁸. Essa nova conjuntura pode ser compreendida, segundo Medeiros, Serrano e Freitas (2013), a partir de três fatores: um deles é o aumento dos preços das *commodities* que tem levado a uma melhora dos termos de troca para os países periféricos primário exportadores; o outro é o acesso mais amplo aos fluxos de capitais para a periferia; e, por último, a ampliação das políticas de acumulação de reservas e expansão do mercado interno, principalmente no caso da China. Estes fatores, combinados à adoção de políticas anticíclicas empreendidas em diversos países, inclusive como uma forma de enfrentamento a crise dos anos 90, permitiu um relaxamento da restrição do Balanço de Pagamentos que se apresentou como

⁸ De 1990 até 2000, a taxa média anual de crescimento das economias avançadas foi de 2,8% ao ano, enquanto a taxa dos países em desenvolvimento foi de 3,8%. De 2001 a 2010 a taxa média anual de crescimento das economias avançadas foi de 1,8%. Nos países em desenvolvimento esta taxa foi 6.3%. (IMF, 2013). No comércio internacional a participação dos países em desenvolvimento também supera as economias avançadas. De 2001 a 2010 as importações nas economias avançadas cresceram a uma taxa de 4,1% ao ano e as exportações a 3,8%. Já as economias em desenvolvimento apresentaram crescimento de 8,8% nas importações e 7,1% nas exportações. (IMF, 2013).

fundamental para expansão do crescimento do PIB e do PIB per capita nos países em desenvolvimento. (MEDEIROS; SERRANO; FREITAS, 2013).

Esta realidade permitiu identificar uma tendência a partir da qual a taxa de crescimento dos países periféricos passou a ser mais autônoma com relação ao crescimento dos países industrializados, dado o relaxamento da restrição externa, a capacidade de expansão dos mercados domésticos e intensificação do comércio entre os próprios países em desenvolvimento, o comércio “Sul-Sul”.

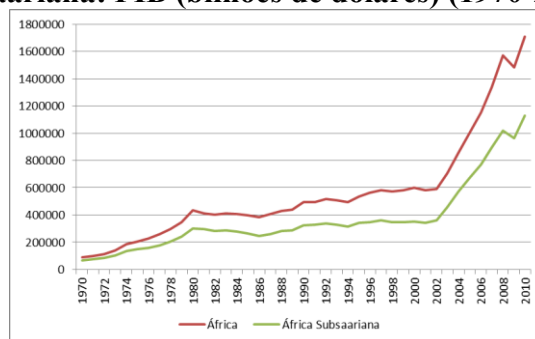
Em forte contraste com o período anteriormente apresentado observou-se nos anos 2000 uma configuração da economia internacional marcada pela presença de polos autônomos de crescimento que surgiram em paralelo ao “centro cíclico principal”. Nessa nova configuração observou-se: o baixo crescimento das economias industrializadas; a alta liquidez internacional, mesmo depois da crise de 2008; a manutenção da taxa de juros dos EUA em níveis baixos; os preços altos das *commodities* em dólar; e por fim a reversão dos termos de troca. (MEDEIROS et al, 2013).

Boa parte destas transformações atribui-se a expansão da China, principalmente pela contribuição do país na reversão dos termos de intercâmbio. Além disso, a China se apresentou e ainda se apresenta como uma fonte importante de fluxos financeiros dirigidos aos países periféricos primários exportadores.

A primeira década do século XXI também foi marcada pela retomada do crescimento dos países africanos. Em que pese a permanência de situações de extrema pobreza em diversos casos, a continuidade de guerras civis (a situação da RDC é gravíssima nesse sentido) e os desafios estruturais de grande dimensão, a primeira década do século XXI revelou um cenário da realidade africana que se diferenciou daquele observado nas últimas décadas do século XX, como visto anteriormente.

Entre 2000 e 2010 o continente como um todo cresceu em média 5,12% ao ano, contra 1,59% de crescimento das economias avançadas no mesmo período e 2,76% de crescimento mundial (UNCTAD, 2012). A África Subsaariana cresceu 5,3% neste período.

Gráfico 2- África e África Subsaariana: PIB (bilhões de dólares) (1970-2010)



Fonte: UNCTAD, UnctadStat Database, 2013.

O melhor desempenho econômico veio acompanhado em muitos casos de uma redução nos níveis de pobreza e de queda da mortalidade infantil em muitos países. Apesar dos grandes desafios que o continente ainda enfrenta, segundo o Banco Mundial, pela primeira vez desde 1981 menos da metade da população africana (47%) vive com menos de 1,25 dólares por dia. Em 1981 essa taxa era de 51%. Na África Subsaariana a parcela das pessoas que vivem nessa condição caiu cerca de dez pontos percentuais desde 1999. Os dados sobre mortalidade mostram que entre 1990 e 2009 a mortalidade materna caiu cerca de 26%, queda acompanhada pelos índices de mortalidade infantil. (WORLD BANK, AFRICAN REGIONAL BRIEF, 2012).

Melhora nos níveis de renda per capita são seguidas pelo aumento da urbanização e dos índices de escolaridade (secundária), bem como a ampliação do acesso a bens de consumo como celulares e televisores. Nos anos recentes cerca de 40% da população africana vive nas cidades (parcela que era de apenas 28% nos anos 80). (WORLD BANK, AFRICAN REGIONAL BRIEF, 2012).

A que se deve esse fenômeno? O que teria permitido a retomada do crescimento dos países africanos após décadas de recessão e crise? Uma das hipóteses que se pretende apresentar é a de que, em grande medida, a melhora das condições econômicas africanas explica-se pela forma com que os países do continente beneficiaram-se de uma nova conjuntura mundial, que no início do século XXI foi muito marcada pela expansão da economia chinesa.

Ao contrário do período anterior, a conjuntura mais recente (principalmente até a grande crise de 2008) deu novos sentidos à inserção das economias periféricas africanas. A alta demanda chinesa por recursos primários, seus impactos nos preços internacionais e o aumento dos volumes de fluxos financeiros e investimentos chineses para a África repercutiram tanto no estabelecimento de quadros macroeconômicos mais favoráveis como em novos impulsos ao crescimento das economias do continente.

Essa relação entre o crescimento das economias africanas e a expansão chinesa pode ser compreendida através de dois canais fundamentais através dos quais pode-se pensar o impacto para as economias africanas: por um lado tem-se o impacto ligado a melhora dos termos de troca e ao comércio (cujo papel da China é fundamental não apenas para os países africanos) e que se reflete no melhor quadro macroeconômico; por outro lado tem-se o que se poderia chamar de canal dos investimentos e dos fluxos financeiros que se dirigiram da China para os países africanos.

Com relação ao primeiro canal de impacto, ligado aos termos de troca, tem-se que, além das vantagens obtidas pela melhora dos preços dos bens primários exportados, os países africanos também se beneficiaram do aumento do volume exportado devido ao aumento das exportações para a China.

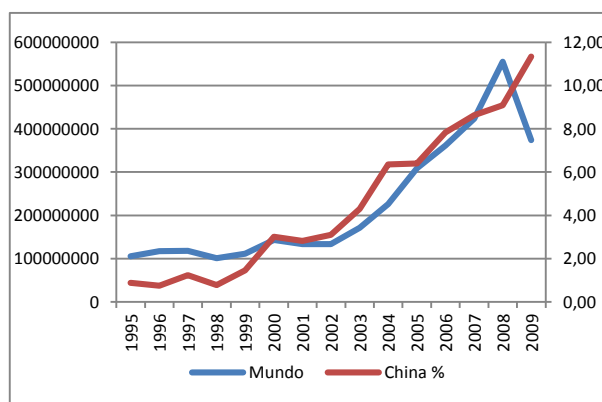
A África se tornou uma grande fronteira de expansão para os chineses. O comércio entre os dois (importações e exportações somadas) cresceu de US\$ 10,6 bilhões no ano 2000 para US\$ 152 bilhões em 2011. Em 2008 a China já era o terceiro maior parceiro comercial da África, atrás dos Estados Unidos e da Europa e em 2009 a China tornou-se o principal parceiro comercial da África. (NBSC, UNComtrade, 2010; *White Paper*, 2010). O resultado deste comércio traduziu-se em saldos positivos para a África, principalmente a partir de 2003, e em 2011 alcançou os 50 bilhões de dólares. (UNCTAD, 2011).

O ritmo de crescimento do comércio é elevado. De 2002 a 2009 as importações chinesas a partir dos países africanos cresceram em média 35%. Em 2010 o valor importado foi de US\$ 67,0 bilhões de dólares. No caso das exportações chinesas para a África observa-se também uma média de crescimento de cerca de 31% entre 2002 e 2010. (NBSC; UNComtrade, 2010).

Estes fluxos do comércio entre o continente africano como um todo e a China são bastante concentrados em alguns países, como África do Sul e Angola. Em 2011 Angola, África do Sul, Líbia, Nigéria, Sudão (considerando os dados chineses) e Congo juntos responderam por cerca de 82% de todas as importações chinesas no continente africano. (UNComtrade, 2011). A quase totalidade das importações foi de artigos primários. Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados, como como carvão, petróleo e gás natural⁹ e materiais em bruto/crus (algodão, madeira, couros, peles, óleo de sementes, borracha, papel e celulose, fibras têxteis, adubo, até fertilizantes, minerais ferrosos e não ferrosos) representam 80% das exportações africanas para a China. (UNComtrade, 2011).

No que se refere as exportações chinesas observa-se a presença de artigos manufaturados diversos, como têxteis, brinquedos e ainda equipamentos de transporte, que se destinam a diversos países mas principalmente África do Sul, Nigéria e Egito. O gráfico abaixo mostra o aumento do volume exportado pelos países africanos e o crescimento da participação da China.

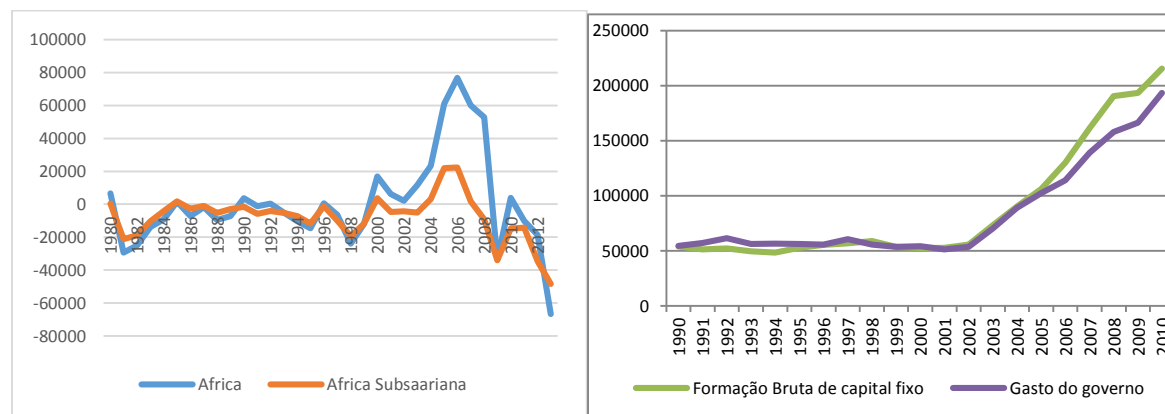
Gráfico 3 – África: Exportações totais (eixo esquerdo/bilhões dólares) e participação da China no total (eixo direito) (1995-2009)



⁹ Esta classificação corresponde ao item 3 na Classificação SITC Rev. 3, a partir dos dados das Nações Unidas (UNComtrade).

A maior parte das economias africanas depende muito das exportações de produtos primários. Na primeira década do século XXI a participação das exportações no PIB da África Subsaariana foi em média 32,4%. (World Bank, 2011). Países como Angola, Nigéria, Argélia e Sudão contam com alta participação das exportações no PIB. No caso de Angola, a participação das exportações é de cerca de 60% do PIB. Esta dependência fez com que a melhor inserção externa dos países africanos resultasse em aumento das rendas de exportação e o estabelecimento de um quadro macroeconômico (melhora no BP) mais favorável à expansão do crescimento. Essa melhora da conjuntura permitiu a expansão dos gastos do governo e dos investimentos na África como um todo e também na África Subsaariana,

Gráfico 4 – África e África Subsaariana: Balanço de Pagamentos (milhões de dólares) (a); África: Formação Bruta de Capital Fixo e Gasto do Governo (1990-2010) (milhões de dólares) (b)



Fonte: Unctad, UnctadStat Database, 2013

Com relação ao segundo canal de impacto para se compreender a relação entre o crescimento dos países africanos e a expansão chinesa: o dos investimentos, observa-se na primeira década do século um movimento de ampliação dos fluxos de IDEs e de empréstimos realizados pelas grandes empresas chinesas na África e pelas instituições financeiras do país.

Os investimentos externos chineses aumentam de modo geral, principalmente para países asiáticos e latino americanos, seguindo uma orientação do Governo do país em expandir-se para fora¹⁰ em diversas áreas e países ao redor do mundo.

¹⁰ De acordo com o Ministério do Comércio chinês em 2010 o fluxo de IDEs para fora representou mais de 68 bilhões de dólares e o estoque acumulado foi de 317.2 bilhões. Cerca de 12 mil empresas nacionais estabeleceram-se em 177 países. (MOFCOM). No início dos anos 90, no Décimo Quarto Congresso do PCC, Jiang Zemin, presidente do país desde 1983, fez um discurso afirmando que o Partido iria garantir as empresas do país condições para operações externas. O discurso de apoio

No caso da África a expansão ocorreu a partir de uma estratégia centrada em uma articulação interna empreendida por parte da China, que reuniu empresas estatais, governo e instituições financeiras para atender o objetivo principal de expansão, qual seja, o acesso aos artigos primários necessários ao ciclo expansivo industrial¹¹.

Por meio desta articulação o governo chinês, amparado em uma capacidade financeira surpreendente¹² dirigiu-se aos países africanos oferecendo grandes volumes de recursos através da concessão de créditos e empréstimos (geralmente com prazos longos e sem condicionalidades) realizados por meio das instituições financeiras do país, principalmente o EximBank. Com os acordos financeiros consolidados as empresas chinesas entram nos países africanos investindo em projetos de exploração de recursos primários, principalmente de petróleo e mineração, mas também na área de construção e infraestrutura. Juntamente com estes investimentos e com vistas ao mercado de consumo africano, empresas chinesas da área de manufatura e telecomunicações também se expandem para África, construindo subsidiárias e vendendo produtos manufaturados¹³.

Exemplos desta articulação podem ser observados em diversos países africanos ao longo dos anos 2000: empréstimos de mais de 9 bilhões de dólares foram concedidos ao governo da República Democrática do Congo em troca de concessões para exploração de minas de cobre e cobalto; disputas acirradas com grandes corporações ocidentais inglesas e australianas para explorar aço e bauxita na Guiné foram vencidas pelos chineses a partir de empréstimos e investimentos oferecidos; empresas de petróleo chinesas, como a CNPC obteve diversas licenças de exploração de petróleo nigerianas depois de o governo chinês oferecer a construção de grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas; grandes volumes de empréstimos concedidos ao governo angolano para ampliar o acesso das estatais chinesas do petróleo no país. (Executive Research Associates-ERA, 2009).

a expansão continua nos anos seguintes e em 1996, voltando de uma visita à África, Jiang fez um discurso importante e encorajou as firmas chinesas a saírem, cunhando pela primeira vez a expressão “go out”. (SHAMBAUGH, 2013).

¹¹ Como apontado anteriormente desde os anos 2000 a China entra em um novo ciclo de crescimento, caracterizado pela expansão externa, pelos esforços de redução da desigualdade, expansão da capacidade de inovação, mas também de um esforço de ampliação da indústria pesada, da urbanização e consumo de bens duráveis, como o automóvel. No Décimo Plano Quinquenal (2001-2005) e no Décimo Primeiro Plano (2006-2010) as prioridades giram em torno da sustentação do crescimento através dos altos investimentos na indústria e na infraestrutura urbana. (CHINAVIEW, 2006). Assim a partir dos objetivos propostos nos dois planos, o crescimento vem sendo impulsionado pelos investimentos em infraestrutura, principalmente em rodovias e construção residencial, associados ao processo de urbanização. Estes investimentos impulsionaram o investimento na indústria pesada e a utilização de artigos primários como o ferro, aço, cimento, alumina e outros os quais a China não dispõe nas quantidades suficientes.

¹² Com um volume substancial de reservas acumuladas (cerca de 3,2 trilhões). (SHAMBAUGH, 2013)

¹³ Os IDEs para a África, embora sejam parte pequena do montante total (9,8% em 2008) vem apresentando um volume crescente principalmente a partir dos anos 2000. De 2003 a 2009 o fluxo de IDEs chineses para a África cresceu a uma média de 122% ao ano. Os maiores destinos dos IDEs chineses no continente ao longo da última década foram África do Sul (48,9%), Nigéria (9,2%), Zâmbia (5,2%) Argélia (6,7%).

Boa parte destes projetos são realizados por grandes empresas estatais, amparadas em uma estrutura de crédito e financiamento que lhes dá a possibilidade de trabalhar com horizontes mais amplos de investimento e com objetivos de lucratividade não imediatos, diferenciando-se assim dos investimentos tradicionais ocidentais para a África, muitas vezes ligados a objetivos de curto prazo.

Os setores de mineração, manufatura e construção foram os mais contemplados nos investimentos chineses (cerca de 67% somados), ainda que outros setores como o setor financeiro também sejam importantes em alguns casos. (White Paper/Gov. China, 2011).

É importante ressaltar a importância para os países africanos dos grandes investimentos em infraestrutura que se viabilizam a partir dos empréstimos chineses. Os grandes volumes de empréstimos concedidos aos governos africanos são utilizados para grandes obras de infraestrutura, realizadas pelas próprias empresas chinesas. Para a África essa área é chave para o crescimento dos países, devido a carência do mínimo de infraestrutura de transporte, energia e construção em diversos países. Este diferencial se apresenta como componente fundamental nas negociações envolvendo governos africanos e para garantir o acesso a mercados e fontes de recursos primários¹⁴.

Essa capacidade de sustentar grandes projetos de infraestrutura e financiamentos do governo chinês que auxiliam o ingresso de IDEs na África alia-se ainda a entrada de diversos outros tipos de fluxos financeiros. Além dos montantes fornecidos pelo EximBank, a ajuda externa do governo chinês, por meio de cancelamento de dívidas, assistência e projetos de apoio e cooperação representam uma parcela importante da aproximação chinesa no continente. A ajuda externa total para a África, levando-se em consideração fluxos públicos e privados em 2009 foi em torno de 6 bilhões de dólares, patamar que coloca a China ao lado de países como Alemanha e Inglaterra no que se refere a ajuda externa à África. (OECD Stats; BRAUTIGAM, 2009).

4 – Mudança conjuntural e mudança estrutural: expansão chinesa e limites ao desenvolvimento das economias africanas

¹⁴ A China declarou no âmbito das reuniões das Nações Unidas para os Objetivos do Milênio que o setor de infraestrutura era central no seu programa de ajuda na África (BRAUTIGAM, 2009). Diferentemente dos países ocidentais que cada vez mais direcionam a ajuda externa para áreas de assistência social e humanitárias, os chineses tem no fomento a projetos de infraestrutura parte importante de sua estratégia na África.

Os projetos de infraestrutura conduzidos pelos chineses na África relacionam-se a diversos segmentos como construção de rodovias e aeroportos, hospitais, prédios de governos, escolas, hidrelétricas e represas. Grande parte destes investimentos foram viabilizados pelo EximBank mediante apoio financeiro. Os investimentos africanos em infraestrutura estão entre os maiores projetos do Eximbank no mundo.

A expansão do comércio, a melhora do quadro macroeconômico e o avanço dos investimentos chineses, principalmente ligados à infraestrutura, representaram para os países africanos o estabelecimento de um quadro mais favorável ao crescimento econômico e que explica boa parte dos resultados positivos apresentados ao longo da década. De um modo geral a situação se apresenta de modo mais favorável se comparada aquela observada no auge do período neoliberal, nas últimas décadas do século XX.

Em certo sentido a primeira década do século XXI apresentou uma nova conjuntura onde apresenta-se um maior sentido de complementaridade entre os países periféricos e os centros. Tal sentido deu-se na medida em que a inserção dos países periféricos no comércio internacional ocorreu em um ambiente mais favorável em que se ampliam as possibilidades para transformações de ordem interna dada a melhora do quadro macroeconômico e o crescimento baseado nas exportações, mesmo que de artigos primários, ampliando a margem de atuação das economias periféricas. Em um contexto desse tipo a atuação dos governos na diversificação produtiva, no aumento dos gastos públicos para ampliar o mercado interno e uma maior difusão dos investimentos (em infraestrutura, por exemplo) pode ampliar a possibilidade dos países em obter avanços estruturais.

No entanto é importante ressaltar que a melhor conjuntura, embora promotora de melhores condições macroeconômicas, não garante por si só a mudança estrutural. É preciso diferenciar estes dois aspectos, ou seja, o aspecto macroeconômico e o aspecto estrutural. Destaca-se que as possibilidades de avanço dependem de diversos fatores relacionados às disputas internas dentro das economias e da relação de diversos grupos de interesse com o Estado. (MEDEIROS, 2010). Por vezes, por mais que o Estado atue, por exemplo, voltado para o desenvolvimento econômico, por meio da ampliação de investimentos e alteração do nível de demanda efetiva, ele se depara com desafios internos sociais e econômicos que emanam de conflitos políticos e sociais. As trajetórias de crescimento e desenvolvimento dependem tanto de articulações internas como também da relação do Estado com um quadro mais amplo e articulações externas que restringem (ou não) quadros macroeconômicos e possibilidades de atuação no nível dos Estados. (MEDEIROS, 2010)

Embora os países periféricos possam se beneficiar da nova configuração da economia internacional, isto só será uma oportunidade para um maior desenvolvimento se houver um esforço interno de construção de economias mais diversificadas e com maiores potenciais de acumulação de capital, de modo inclusive a enfrentar situações em que há uma inversão da conjuntura favorável, como parece se apresentar o ambiente pós crise de 2007/2008.

Como se observou, com relação aos países africanos houve a partir dos anos 2000 uma expansão das taxas de crescimento econômico de diversas economias, a partir de uma expansão das exportações de artigos primários e melhoria do Balanço de Pagamentos. No entanto, apesar da configuração externa favorável é questionável a afirmar que as economias africanas apresentam melhoras estruturais.

Vejamos alguns casos específicos de países africanos e de como estes responderam a nova conjuntura marcada pela expansão chinesa. Assim é possível compreender em que medida o ambiente externo favoreceu ou não melhorias internas voltadas a transformação estrutural destas economias.

O caso da África do Sul, por exemplo. O país é a maior economia africana, com um PIB que representa 21% do PIB total do continente. Desde 2000 o país vem crescendo a taxa média de 3,6% ao ano. (IMF, 2013). É ainda a mais diversificada economia da África, ainda que tenha uma pauta exportadora muito concentrada em produtos primários, com aproximadamente 43% de bens primários minerais como pedras preciosas, pérolas, ferro e aço, combustíveis minerais e óleos. (BARBOSA e TEPASSÊ, 2009).

Quase vinte anos depois do fim do regime do *apartheid* o país vem apresentando uma expansão econômica que se acentua a partir dos anos 2000. Embora mantendo os pilares ortodoxos dos anos 90 (como a política de metas de inflação) o governo sul africano conseguiu implementar algumas medidas de expansão dos gastos e ampliação do investimento¹⁵ em um ambiente externo marcado pela melhora dos termos de troca para os produtos primários.

Diferente de outras economias subsaarianas o boom das commodities se deu simultaneamente no país à expansão do déficit comercial e também de transações correntes, que foram financiados por fluxos de capitais. Ainda assim, como em geral nas economias do continente, as reservas externas aumentaram substancialmente na década, deixando de lado a situação de grande fragilidade nos anos 1990 (as reservas cobriam apenas 0.8 meses de importação).

A despeito de possuir uma economia mais diversificada, a combinação entre o boom das commodities e a sua ampla base de recursos transformou a África do Sul num grande centro fornecedor de minérios para o mundo e para a China em particular. Ao lado do crescente fluxo comercial, a partir dos anos 2000 houve um movimento de expansão dos IDE totais para a África do Sul, em setores ligados

¹⁵ Programas como de incentivo ao aumento do emprego (BBBEE, Broad-based Black Economic Empowerment); políticas de fundo mais microeconômico (Microeconomic Reform Strategy) dirigido a áreas como qualificação, infraestrutura e acesso a crédito e tecnologia, além de transportes, telecomunicações e energia; programas de expansão do crescimento (National Development Plan (NDP)); expansão dos gastos do governo em programas de assistência social, tais como aposentadorias e transferência de renda, que passaram de 2% do PIB em 1994 para 3,5% a partir de 2005 (Seekings, 2007 apud Barbosae Tepassê, 2009); programas voltados à aceleração do crescimento via aumento do investimento (AsgiSA, Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa) e em infraestrutura (6.05% do PIB em 2008 e 7,64% em 2009). (KUMO, 2012).

a exploração e exportação de recursos naturais (minerais) e também setores como os de manufatura e telecomunicações, em projetos ligados a expansão de mercados para empresas chinesas.

Apesar do aumento das exportações primárias a África do Sul sentiu o efeito adverso do deslocamento de suas exportações a partir competição com os produtos chineses em setores de alta rivalidade, como os têxteis e móveis. Por outro lado observou-se o aumento das exportações sul-africanas de manufaturados para os demais países africanos. Isto porque a demanda chinesa por produtos primários a partir de países africanos vizinhos (como Zâmbia, Moçambique e outros tradicionais parceiros da África do Sul no comércio) acabou por se refletir em uma maior capacidade destes países de importar manufaturados e industrializados a partir da África do Sul¹⁶.

Ainda assim, ao contrário de outras experiências nacionais, particularmente no caso do Brasil, esta expansão econômica fundada sobretudo no melhor quadro macroeconômico e no consumo interno não se refletiu em uma melhora da distribuição de renda e redução do desemprego.

Houve queda da taxa de desemprego e a diminuição da pobreza, mas não substanciais. Entre 2003 e 2007 a taxa de desemprego caiu de 29,3% para 23,6%, mas foi mais acentuada entre a população branca do que para a população negra, aumentando o diferencial entre a taxa de desemprego inter-racial. Além disso observou-se um crescimento do emprego informal acima da expansão do emprego formal.

Com relação aos indicadores sociais a pobreza diminuiu, com a porcentagem de população que vive com menos de 1,25 dólares caindo de 21,43% em 1995 para 13,77% em 2010. A taxa de mortalidade infantil também caiu para 35,5%. Apesar disso a expectativa de vida não aumentou ao longo dos anos 2000, caindo de 59 anos em 1995 para 52 em 2010. (World Bank, 2013).

Ao contrário de toda a África e da África Subsaariana nos últimos anos a desigualdade de renda aumentou na África do Sul. Mesmo com o crescimento econômico recente, a expansão dos gastos sociais e dos investimentos, o país continua sendo um dos mais desiguais do mundo e certamente o mais desigual entre aqueles que possuem uma economia relativamente avançada¹⁷.

Outro caso interessante a ser observado é o de Angola. Após uma guerra civil de mais de 27 anos e que termina apenas em 2002, o país é um dos que mais cresceu nos anos recentes. Entre 2000 e 2009 o

¹⁶ Tal como a que se deu com as exportações do Brasil para a América do Sul. Desde 2003 as exportações brasileiras para os países vizinhos aumentaram a uma taxa de 24% ao ano. Em 2003 o país exportou 10 bilhões de dólares, em 2011 esse valor alcançou os mais de 45 bilhões. (UNCTAD, UncatdStat, 2014).

¹⁷ O coeficiente de Gini aumentou de 0,63 em 1993 para 0,70 em 2005. A parcela com menores rendimentos continua sendo a população negra, embora a desigualdade inter-racial tenha aumentando menos do que a desigualdade intra-racial. (UNCTAD, 2012). Observa-se desde os anos 80 uma queda da participação dos salários no produto. No início dos anos 80 os salários correspondiam a quase 60% do produto, em 2010 a participação caiu para 50%. A distribuição funcional da renda revela ainda que em 2005 na África do Sul, os 1% mais ricos detinham 20% da renda do país. Em 1975 esse percentual era de 10%. (UNCTAD, TDR, 2012).

crescimento foi de 10% ao ano e em 2011 o PIB alcançou os 116 bilhões de dólares. (African Economic Outlook, 2012)

O crescimento angolano da década relacionou-se principalmente a expansão do setor de energia e a indústria de exploração de petróleo, recurso que o país dispõe em larga escala sendo o terceiro maior produtor de petróleo da África, atrás da Nigéria e da Líbia¹⁸. Além disso a expansão também é apoiada no crescimento dos setores de construção, infraestrutura e transporte, resultante de um esforço de recuperação do país destruído pela guerra.

Os recursos naturais vêm sendo exportados em volumes cada vez maiores desde o início dos anos 2000 e as rendas de exportação tem fornecido uma base importante para a redução da vulnerabilidade externa do país, a ampliação do gasto público e dos investimentos, principalmente no setor de construção e infraestrutura. As exportações expandiram-se a uma taxa de 24.8% entre 2001 e 2010 e as importações a uma taxa de 21%.

As exportações para a China explicam boa parte desse ritmo de crescimento. Angola está entre os países africanos que apresentam superávit no comércio com a China. Em 2010 as exportações chinesas já representavam 43,1% das exportações totais do país, seguido pelos Estados Unidos (23.2%), Índia (9.2%), França (4.0%) e outros. (UNCTAD).

Os investimentos chineses no país são principalmente de empresas como a gigante estatal Sinopec, atraídas para o país pela garantia do fornecimento do combustível, dado o aumento da demanda interna de energia. A contrapartida para o acesso ao mercado chinês foi, como discutido anteriormente, grandes volumes de empréstimos concedidos pelas instituições financeiras chinesas ao governo angolano a taxas muito favoráveis, prazos longos e sem condicionalidades, fazendo com que as empresas chinesas tenham cada vez mais acesso ao país, em detrimento de tradicionais parceiros e das instituições bilaterais.

Para Angola desde o início da década impôs-se a urgência de ajuda financeira externa para a reconstrução da infraestrutura, já que os países ocidentais reduziram os empréstimos ao país. O fluxo de recursos a partir da entrada dos empréstimos chineses vem sendo fundamentais para que o país africano se abra para a entrada das empresas chinesas no país sendo a maior parte delas ligadas ao setor de energia, mas também de construção e reabilitação da infraestrutura.

O aumento das rendas da exportação de petróleo decorrentes do volume exportado e a alta dos preços representaram receitas fundamentais para Angola e explicam a melhoria das condições

¹⁸ A África como um todo dispõe de 9.5% dos depósitos de petróleo mundiais em 2010. Nas últimas décadas houve um crescimento expressivo das reservas no continente. As principais reservas são localizadas na Líbia (46.4 bilhões de barris), seguida pela Nigéria (37.2), Angola (13.5) e Argélia (12.2). Em termos de produção diária em primeiro lugar está a Nigéria, com 2.4 milhões de barris por dia e depois Angola com 1.9 milhões bpd. Power e Alves (2012)

macroeconômicas do país. O aumento das despesas internas, tanto das famílias como do governo, bem como a expansão do investimento permitiram a expansão econômica da década de 2000.

Os gastos do governo crescem ao longo dos anos, ligados a gastos em serviços públicos como saúde e educação. A ampliação do gasto do governo ocorre por meio de programas criados desde o fim da guerra civil dirigidos a diminuição da pobreza e expansão da economia¹⁹.

Aliado ao aumento do gasto interno observa-se uma expansão da Formação bruta de capital de 41% entre 2001 e 2010, que representa uma expansão do Investimento. Entre 2006 e até 2012 a taxa média de investimento foi de 13,9%. (IMF, 2013). Os investimentos ocorreram principalmente no setor de construção civil, grande parte a partir de empresas chinesas que se aproximam do país, como se verá adiante.

Como resultado da melhora das condições econômicas do país observa-se uma melhora das condições de vida da população. O índice de desenvolvimento humano (IDH) que em 2000 era de 0.403 passa para 0.48 em 2011. (MONAWEZA, África 21, 2013, p. 20-21). O índice de Gini melhorou passando para 0.42 em 2009, contra os 0.5 em 2000. O índice de pessoas que se encontram em situação de pobreza no país caiu de 70% entre 2000 e 2001 para 37%, segundo dados do Inquérito Integrado de Bem-Estar da população (IBEP). No início da década 54.3% da população de Angola vivia com menos de 1.25 dólares por dia. Em 2009 o total de pessoas nessa situação caiu para 43.4%. (World Bank, 2013).

Ainda assim a mudança conjuntural não resultou em mudanças estruturais continuando o país bastante dependente das exportações primárias. Muitas críticas são feitas ao governo angolano, que, segundo se argumenta é o principal beneficiário da aproximação chinesa. Mesmo com a expansão dos projetos em infraestrutura e a melhora relativa dos índices sociais não parece haver disposição em criar mecanismos voltados para o desenvolvimento. Segundo Power e Alves (2012) além do governo as elites políticas têm interesse em manter um monopólio sobre a atividade econômica existente e em manter a estrutura de dominação que sempre existiu no país. A elite se alia ao Estado fortalecendo-se a partir da expansão das rendas de exportação do petróleo e dos empréstimos chineses. (POWER e ALVES, 2012).

¹⁹ Com o Programa Nacional de Combate à Pobreza (PNCP), por exemplo, o governo vem ampliando os gastos em construção e reabilitação de hospitais, centros de saúde e escolas. Já o Água para Todos, programa ligado ao PNCP, beneficiou mais de 600 mil pessoas através da construção de sistemas fornecimento de água e poços artesianos. Os gastos do governo destinaram-se ainda a compra de geradores de energia, além da construção de casas, quadras esportivas, centros infantis comunitários e mercados municipais. (África 21, 2013).

Desde 2002 o governo vem se empenhando no combate a pobreza, através da criação de programas específicos como o Programa de Melhoria e Aumento da Oferta dos Serviços Básicos, criado em 2003, que vem reforçar outros já implementados, como o Fundo de Apoio Social, o Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional e o Programa Nacional de Emergência para Assistência Humanitária (PNEAH) de populações deslocadas pela guerra.

O gasto público também se concentrou na expansão do crédito, através do Programa de Microcrédito criado pelo governo em 2011, para apoiar iniciativas de negócios no meio rural, e do Programa Meu Negócio Minha Vida, que concedeu financiamentos provenientes do Banco de Poupança e Crédito (BCP) e do Banco de Comércio e Indústria (BCI).

Exemplos de economias menores, como a Zâmbia, também elucidam os impactos da nova conjuntura na África. O país de 13 milhões de habitantes localizado na África Oriental, apesar da economia relativamente diversificada, teve sua economia fortemente influenciada pela mudança na conjuntura e os investimentos chineses. Na primeira década dos anos 2000 expandiu as taxas de crescimento do PIB e PIB per capita devido mais uma vez a melhora das condições externas e o aumento das exportações de cobre, produto principal de exportação do país. A China foi o destino de 42% das exportações totais da Zâmbia em 2012 e 48% das exportações de artigos primários. A economia cresceu sustentada também em outros setores como a agricultura, construção, manufatura, transporte e comunicações que também sentiram o impacto da expansão chinesa, principalmente dos investimentos. A China é atualmente o terceiro maior investidor no país, atrás da África do Sul e da Inglaterra.

A maior parte dos investimentos chineses dirigiram-se ao setor de mineração, com grandes estatais chinesas expandindo-se pelo país, por meio da compra de empresas nacionais, expansão de filiais e criação de joint ventures²⁰.

Além dos investimentos em mineração, empresas construtoras chinesas também foram para Zâmbia, contribuindo para o impulso de expansão da infraestrutura, fornecendo elemento importante para dinamizar a economia e promover o crescimento econômico dos anos recentes.

No entanto, mesmo com o recente crescimento econômico, a expansão dos investimentos e de algumas medidas de expansão dos gastos internos o país continua sendo um dos países mais pobres do mundo. Em 1991 cerca de 61% da população viva com menos de 1,25 dólares por dia no país. Em 2010 essa porcentagem chegou a aumentar para 75%. Mais de 60% da população do país vive abaixo da linha de pobreza e o país está em 165 no ranking de 177 países pobres segundo a United Nations Development Programme's (UNDP) Human Development Index. O desemprego no país que chegou a 19% em 1993 em 2005 corresponde a 15,9% do total da força de trabalho. No final dos anos 90 o índice de gini no país era de 0.53 em 2010 já chega a 0.57.

Além da dificuldade em promover melhorias mais estruturais no país e diversificar a economia, o país ainda sofre o impacto da entrada dos produtos chineses manufaturados. Alguns autores (Kaplyinsk et al, 2008, 2009; Elianssen, 2012) apontam que em alguns setores como de artigos têxteis, roupas e

²⁰ O caso mais representativo dos investimentos na área de mineração é o da compra da Chambichi Copper Mine. A empresa era uma das maiores do país na área de mineração e foi comprada pela China Nonferrous Metal Mining Co. (CNMC) através de uma licitação internacional em 1998. A partir da compra a CNMC obteve o direito de uso de 41 quilômetros quadrados de terra na superfície da mina por 99 anos. As reservas têm capacidade para extração de 5 milhões de toneladas de cobre e 120 mil toneladas de cobalto e os investimentos totalizam 160 milhões de dólares. O projeto envolve a construção e desenvolvimento da exploração de minérios na região de Chambichi. É o maior projeto de mineração de não ferrosos externo.(Centre for Chinese Studies, 2007).

vestuário há uma forte concorrência com os produtos chineses e estaria em curso um processo de desindustrialização com consequências importantes para a redução do emprego no país.

5 - Conclusões

A expansão econômica chinesa das últimas décadas assume nos anos 2000 novos traços. Após um longo período em que o país foi o destino de grandes montantes de investimentos diretos que chegaram ao país, contribuindo para a consolidação e diversificação de sua estrutura produtiva, no século XXI a China começa a assumir o papel de importante investidor, principalmente para os países periféricos.

O novo ciclo de crescimento caracterizado principalmente pelos investimentos na indústria pesada fez com que o país se apresentasse não apenas como um polo importante de produção manufatureira, mas também como grande importador de recursos naturais.

Como visto, esta posição atual chinesa promoveu na primeira década do século XXI transformações na conjuntura externa com importantes implicações para os países periféricos, seja via a maior demanda por recursos naturais e sua contribuição para reversão dos termos de troca, seja em função da ampliação dos investimentos e fluxos financeiros.

Os países africanos, em sua grande maioria tradicionalmente especializados na exportação de recursos naturais, inseriram-se nesta nova conjuntura favorecidos pela melhora das condições do comércio internacional e se estabeleceram como destino importante dos investimentos e fluxos financeiros chineses. Como visto, contrariamente ao contexto das últimas décadas do século XX, quando o contexto de crise de endividamento e os impactos dos Programas de Ajuste repercutiram de maneira extremamente negativa na África, a partir dos anos 2000 observa-se uma retomada do crescimento dos países africanos, com melhora dos indicadores econômicos e de alguns indicadores de pobreza.

Pode-se dizer que a natureza não doutrinária da ajuda chinesa e os investimentos do país na área de infraestrutura associados a melhora dos termos de troca para os produtos primários contribuíram para a expansão econômica dos países africanos e vem permitindo uma maior autonomia na condução política econômica.

No entanto, é preciso ter cautela ao defender os efeitos positivos que a China vem causando na África. Não apenas porque a melhora conjuntural nem sempre se converte em melhoras estruturais, mas também porque alguns aspectos da expansão chinesa, como a competição na produção manufatureira,

repercutem de forma negativa nas economias do continente, assim como em diversos países em desenvolvimento.

Os limites para transformação dos países africanos são de toda ordem, relacionando-se a uma infraestrutura precária, a forte especialização, a concentração de renda e a pobreza extrema. Como se percebeu mesmo países que apresentam uma economia mais diversificada, como a África do Sul, permanecem extremamente desiguais e pobres. Outros, como Angola, mesmo apresentando crescimento expressivo encontram limitações de ordem interna para promoção de transformações mais estruturais, relacionadas em grande medida a uma concentração de poder nas mãos de uma elite econômica e política.

Nesse sentido, mesmo com a melhora do quadro macroeconômico e com a entrada dos investimentos chineses, as transformações dos países africanos parecem tímidas frente aos enormes desafios que o continente como um todo ainda enfrenta.

É importante ressaltar que a crise de 2008 promoveu certa alteração desta conjuntura. Os impactos da crise vêm sendo sentidos em diversas economias, tanto centrais como periféricas. A diminuição do ritmo de crescimento reduziu a demanda pelos produtos exportados e a queda do preço das commodities (e mais recentemente a brusca queda no preço do petróleo) tem repercutido muito negativamente em economias com alta dependência em recursos naturais, como Rússia e Venezuela. Grande parte das economias latino americanas vem sofrendo com a alteração da conjuntura mais favorável dos anos 2000 e entrando em um ciclo fortemente recessivo.

No caso da África, apesar da piora dos termos de troca as taxas de crescimento vem se mantendo relativamente estáveis. Entre 2010 e 2014 o PIB da África Subsaariana cresceu a 5,3% ao ano (FMI). Houve uma diminuição do ritmo de crescimento de alguns países, mas menor comparativamente a outras economias com alta dependência de recursos naturais. O comércio externo africano e subsaariano registra uma diminuição do superávit em 2008 e déficit em 2009. Após esse período há uma retomada das exportações que dura até ao menos 2013. (UnctadStat, 2015).

Outra questão importante que se apresenta é a redução das metas de crescimento da economia chinesa. Ainda este ano o governo anunciou uma meta de 7% ao ano. Este movimento pode sinalizar para uma redução da demanda chinesa por recursos primários, inclusive devido a um esforço do governo de concentrar o crescimento menos nos investimentos industriais e de infraestrutura e mais no consumo interno.

Mesmo diante das alterações do cenário global pós crise de 2008 é possível afirmar que o início do século XXI definiu as bases para mudanças importantes no contexto internacional principalmente pela presença da China como polo comercial fundamental. O crescimento sustentado do país das últimas décadas se

traduz em transformações importantes para a economia internacional e a forma como os países periféricos se inserem nesse contexto. Essas transformações devem ser inseridas nos debates sobre os limites e possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Alexandre F.; TEPASSÊ, Angela C. (2009). “África do Sul pós apartheid: entre a ortodoxia da política econômica e a afirmação de uma política externa soberana.” In: IPEA. *“Trajetórias recentes de desenvolvimento. Livro 2.”*
- BRAGA, José C. S.; CINTRA, Marcos A. M. (2004). “Finanças dolarizadas e capital financeiro: exasperação sob comando americano”, in: FIORI, J.L. (Org.). *“O poder americano”*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BRAUTIGAM, Deborah (2009). *“The Dragon’s Gift – the reall history of China in Africa”*. Oxford Press, 2009.
- CENTRE FOR CHINESE STUDIES (2005). *“China’s Interest and Activity in Africa’s Construction and Infrastructure Sectors: A research undertaking evaluating China’s involvement in Africa’s construction and infrastructure sector.* China Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University.
- COELHO, Jaime C. (2002). *“Economia, Poder e Influência Externa: O grupo Banco Mundial e as Políticas de Ajuste Estruturais na América Latina, nas décadas de 80 e 90.”* Tese de Doutorado. Unicamp.
- ELIASSEN, Ina Eirin. (2012). *“Chinese Investing: Saving the zambian têxtil and clothing industry”*. Centre for Chinese Studies. Stellenbosch. South Africa.
- ERA - Executive Research Associates. (2009). *“China in Africa – Strategic Overview.”* Disponível em http://www.ide.go.jp/English/Data/Africa_file/Manualreport/pdf/china_all.pdf
- FOSTER, Vivien; BUTTERFIELD, W.; CHEN, C.; PUSHAK, N.(2008). *“Building Bridges - China’s Growing Role as Infrastructure Financier for Africa.”*. Trends and policy options. no.5. publication forthcoming. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank.
- JENKINS, Rhys. (2011). “El “efecto China” en los precios de los productos básicos y en el valor de las exportaciones de América Latina”. *Revista da Cepal*, 103. Abril.
- KAPLINSKY, R.; MCCORMICK. D.; MORRIS M. (2007). *“The Impact of China on Sub-Saharan Africa”* . IDS, Institute of Development Studires. November 2007
- KAPLINSKY, R; MESSNER, D. (2008). “Introduction: The Impact of Asian Drivers on the Developing World”. *World Development*, 36. Vol. 36, No. 2, pp. 197–209
- KAPLINSKY, Raphael; MORRIS, Mike (2009). “Chinese FDI in Sub Saharan Africa: engaging with large dragons”. *European Journal of Development Research Special. Issue*, Vol. 24, No. 1.

- KUMO, Wolassa. (2012). *“Infrastructure Investment and Economic Growth in South Africa: A Granger Causality Analysis.”* African Development Bank. Working Paper N. 160. Novembro de 2012.
- MEDEIROS C. A. DE; SERRANO, F.; FREITAS, F. (2013). *“The Decoupling of Economic Growth of the Developing Countries in the Last Decade”*. Paper elaborado para o World Keynes Conference at Izmir Economics University 26-29th of June 2013
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. (2010). *“The Political Economy of the Rise and Decline of Developmental States”*. Paper prepared for Sraffa Conference, Roma, 2 – 4 December 2010. Versão não publicada.
- MKANDAWIRE, P. Thandika; SOLUDO, Charles C. (1998). *“Our continent, our future: African perspectives on structural adjustment”*. International National Development Research Centre Council for the Development of Social Science Research in Africa. Africa World Press.
- MKANDAWIRE, P. Thandika; SOLUDO, Charles C. (editores). (2003). *“African Voices on Structural Adjustment – A Companion to Our Continent, Our Future”*. International National Development Research Centre Council for the Development of Social Science Research in Africa. Africa World Press.
- MONAWEZA, Divina. (2013). *“Pobreza em Angola – A luta contra a pobreza”*. In: África 21 – Revista de Informação, Economia e Análise. Luanda, Angola. No 73 – Abril.
- MOFFIT, Michael. (1984). *“O dinheiro do mundo”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- POWER, Marcus; ALVES, Ana Cristina. (2012). *“China anda Angola – A marriage of convenience?”*. Pambazuka Press.
- PREBISCH, Raul. (1949). *“O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”*. In: BIELSHOWSKY (2000). *“Cinquenta anos de pensamento da CEPAL”*
- SHAMBAUGH, David. (2013). *“China Goes Global – A partial power”*. Oxford University Press.
- TAVARES, Maria da Conceição (1985). *“A retomada da hegemonia norte-americana”*, *Revista de Economia Política*, Vol. 5, No. 2, abril/junho. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- UNCTAD (1998). *“Trade and Development Report, 1998 - Financial Instability Growth in Africa”*.
- UNCTAD. (2012). *“Trade and Development Report (TDR)”*.
- WHITE PAPER. (2006). *China's African Policy*. Information Office of the State Council. The People's Republic of China January 2006
- WHITE PAPER, (2010). *China-Africa Economic and Trade Cooperation*. The Information Office of the State Council. Dezembro 2010, Pequim. Disponível em: http://www.gov.cn/englishFh/official/2010-12/23/content_1771603.htm
- EXIMBANK. Annual Reports. (vários anos). <http://english.eximbank.gov.cn/>

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Database.
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx>

OECD. *African Economic Outlook*, 2012. South Africa; Angola; Zambia.

OECD. StatExtracts Database. <http://stats.oecd.org/#>

UNComtrade. Database. <http://comtrade.un.org/db/>

UNCTAD. UnctadStats Database. <http://unctadstat.unctad.org/>

UNITED NATIONS. Human Development Report. (UNDP). <http://hdr.undp.org/en/>

WORLD BANK. (2012). African Regional Briefing.

WORLD BANK. Annual Report 2012.

WORLD BANK. World Development Indicators Database.
<http://databank.worldbank.org/data/views/variableSelection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>